

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 04, 05 e 06/07/08

Fórum da Mesorregião e Amai entregam dois tanques para resfriamento de leite

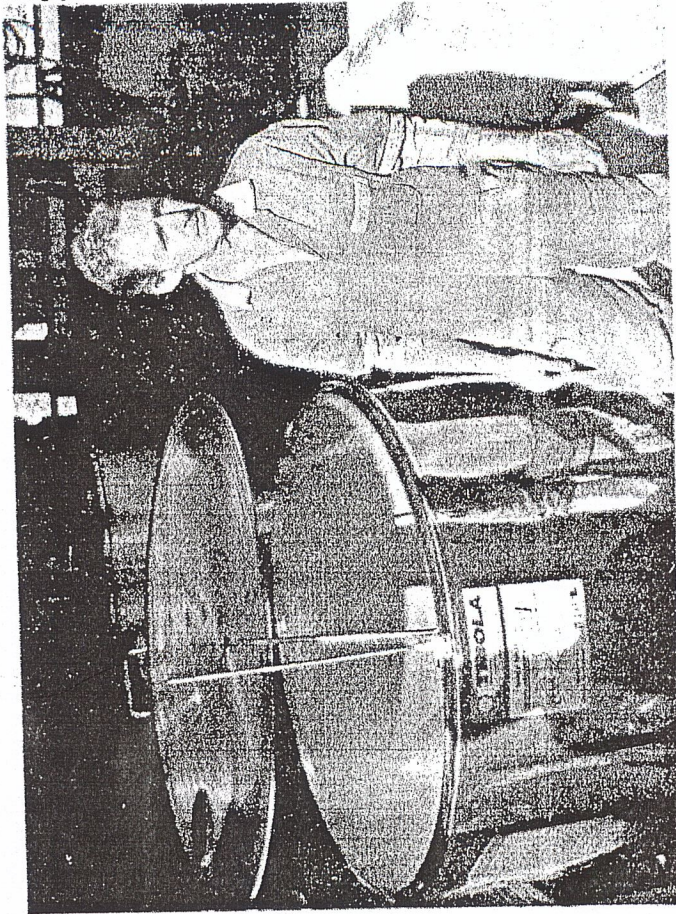
Romeu Scirea Filho
Xanxerê - O Fórum Permanente da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul/Oeste Catarinense e a Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) entregaram tanques de resfriamento de leite a dois grupos de agricultores, possibilitando sua adequação à instrução normativa n.º 51, dentro do Projeto de Apoio ao Setor Lácteo. Foram beneficiados dois grupos da agricultura familiar: em Entre Rios, o produtor Antônio Ferreira Silva, da comunidade da Linha Guarani, recebeu um tanque de resfriamento

com capacidade de 500 litros, avaliado em R\$ 9 mil, que armazenará a produção leiteira de quatro propriedades rurais. Em Xanxerê, um tanque com capacidade para 1.000 litros, no valor de R\$ 12 mil, ficará à disposição de um grupo de três famílias da comunidade de Faxinal do Irani, foi entregue na propriedade do produtor rural Edwige Bortoluzzi.

A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul abrange 396 municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná, com área total de 120 mil quilômetros quadrados, população de 3,8 milhões

de habitantes, e é um programa do Ministério da Integração Nacional, criado para fortalecer e consolidar a cooperação da sociedade civil e do setor público da Mesorregião, discutindo, elaborando programas, projetos e desenvolvendo ações estratégicas de impacto a partir das prioridades da região, elencadas no Fórum. Na região Oeste catarinense, o Fórum é formado por 73 instituições e utiliza a estrutura e parceria da Associação dos Municípios do Oeste (Amosc). Atualmente, o Fórum da Mesorregião é presidido pela catarinense Marlene de Andrade, que assumiu o cargo no início deste mês.

Divulgação



Tanque de resfriamento da comunidade de Faxinal do Irani com capacidade para 1.000 litros

Segundo Marlene, desde Mercosul - a única que já recebeu 2002, a Mesorregião da incluiu parte do aproximadamente R\$9 Grande Fronteira do território catarinense - milhões.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 08/07/08

Amai recebe título de Honra Municipalista

Xanxerê - A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) comemorou 28 anos de fundação com solenidade em Rio do Sul. Durante o evento, os prefeitos, os secretários executivos das associações de municípios e entidades parceiras da Fecam receberam o título de Honra Municipalista pela contribuição ao fortalecimento dos municípios. Ao todo, foram 37 homenageados.

Segundo o prefeito de Massaranduba e presidente Fecam, Dávio Leu, o título é uma forma de agradecer aos parceiros pelo apoio nas ações da Federação, que resultaram em importantes conquistas aos municípios nesses 28 anos. "É um momento de destacar a



37 homenageados participaram da comemoração dos 28 anos da Fecam

atuação dos parceiros que, durante a trajetória da federação, não mediram esforços para impulsionar o crescimento da Fecam", disse.

A homenagem concedida à Amai foi recebida pela secretária-executiva Ingrid Piovesan. A secretária destaca que "as ações desenvolvidas pela

Fecam, através da articulação das associações de municípios, são referência em nível nacional, pelo seu poder de mobilização, representação e aprimoramento das gestões públicas".

Entre as principais conquistas da Fecam em prol dos municípios, estão a mobilização e articulação

pela aprovação do 1% do FPM (60 milhões de reais), a cobrança da iluminação pública (168 milhões de reais) e os recursos do Prodec (12 milhões de reais), além da evolução do orçamento do transporte escolar (45 milhões de reais).

A programação contou ainda com as palestras do assessor da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Gilmar Dominici, que abordou o tema "As relações federativas no contexto dos municípios catarinenses" e do doutor em Comunicação Social e mestre em Administração Pública, Nelson da Costa Fossatti, sobre a "Gestão da Comunicação: uma nova agenda para esfera municipal".

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani
Veículo: Folha Regional

Data: 10/07/08



Divulgação

Comitê escolheu prefeito de Xanxerê e Coronel Martins como representantes da região da Amai

Romeu Scirea Filho
Xanxerê – O auditório da Unoesc Joaçaba sedia, dos dias 15 e 16 de

julho, terça e quarta-feira próximas, importante reunião com representantes das Associações

de Municípios do Alto Irani (Amai), do Meio-Oeste (Ammoc) e Amnorroeste (São Lourenço do Oeste), onde estão localizados os 29 municípios que integram a única unidade do Programa em Santa Catarina. Na reunião – denominada “Oficina Territorial” – será apresentado e discutido o Plano Territorial de Ações Integradas (PTAI), documento que elenca demandas levantadas junto à comunidade em reuniões promovidas pelo programa. Segundo a secretária-executiva da Amai, Ingrid Piovesan, a reunião deve ser decisiva para que o programa passe a desenvolver ações efetivas nos 29 municípios do

Território Meio-Oeste Contestado. Outro tema que também poderá ter uma definição é a criação de outro Território da Cidadania em Santa Catarina, proposto para abranger municípios da região de Campos Novos.

O Territórios da Cidadania foi lançado em fevereiro deste ano pelo governo federal, com o objetivo de reduzir desigualdades sociais, especialmente no meio rural, através de 135 diferentes ações que envolvem órgãos de 15 ministérios, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional. Os 60 territórios abrangidos pelo programa em todo o país foram definidos e mapeados para abranger municípios que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O território Meio-Oeste Contestado – o único em Santa Catarina, até agora – abrange os 14 municípios do Alto Irani, três da microrregião Noroeste (Amnorroeste) e 12 da Ammoc (Joaçaba). Ao

lançar o programa, o presidente Lula anunciou que, neste ano, seriam investidos R\$ 11,3 bilhões nos 60 territórios, o que beneficiaria 2 milhões de famílias da reforma agrária, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. Para reduzir desigualdades sociais, o programa financia investimentos direcionados à melhoria de renda das famílias e comunidades.

Em reunião realizada no último fim de semana em Florianópolis, o prefeito de Xanxerê, Avelino Menegolla (D25), e o de Coronel Martins, Ademir Madélla (PT), foram es-

colhidos como representantes da região do Alto Irani junto ao Comitê de Articulação Estadual do Programa, formado por representantes de órgãos públicos estaduais e federais e coordenado pelo delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de Santa Catarina, Maurício Weidgenant.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: O Diário

Data: 11/07/08

Atos oficiais das prefeituras estarão disponíveis na internet

Bruna Deitos

A Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) criou um projeto para que todas as prefeituras catarinenses possam publicar na internet os atos oficiais. Em reunião realizada ontem (10) na Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), os técnicos das prefeituras puderam conhecer o projeto.

Todos os municípios são obrigados por lei a publicar licitações, decretos, leis e contratos na imprensa para arquivamento e acesso da comunidade. O diário oficial, projeto proposto, faz parte do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). As prefeituras que resolvem aderir devem se consorciar e pagar uma taxa referente ao tamanho do município.

De acordo com o diretor do CIGA, Edinando Brustolin, as vantagens serão a economia, o arquivamento digitalizado e o acesso da população. O espaço é destinado apenas à publicida-



PROJETO apresentado pela Fecam permite que as prefeituras divulguem os atos oficiais na internet

de legal. Ele explica que vai sobrar mais dinheiro para que as prefeituras invistam em publicidade institucional, como obras, convênios e campanhas.

A primeira publicação do diário oficial foi feita no dia 02 de junho e até o momento, nove municípios catarinenses são só-

cios do Consórcio. Brustolin afirma que este é um processo lento, a Federação ainda está divulgando o projeto e aguarda os municípios que resolverem aderir.

No encontro também esteve presente o gerente de tecnologia do CIGA, Emerson Souto.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: O Diário

Data: 11 /07/08

Lula assinará projeto de lei que cria Universidade Federal da Mesorregião

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinará na próxima quarta-feira (16), às 14h no Palácio do Planalto, em Brasília, o Projeto de Lei 2199/07 que cria a Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. No mesmo ato Lula, acompanhado do Ministro da Educação, Fernando Haddad, ainda sanciona o Piso Nacional dos Professores.

De acordo com o deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), autor do projeto, a nova universidade federal tem o objetivo de resgatar uma antiga dívida do Estado brasileiro com a mesorregião. Segundo ele, mesmo possuindo um quarto do território do Sul do Brasil, o PIB (Produto Interno Bruto) representa apenas um pouco mais de 10% do total. Já o PIB *per capita*, ainda explica, é 40% menor do que o restante da região Sul. “No entanto, mesmo com esse desfavorecimento econômico, a mesorregião apenas conta com universidades que oferecem ensino pago, o que dificulta o acesso da população”, afirma.

O parlamentar explica que após a assinatura o pro-

jeto segue ao Congresso Nacional. “Nossa expectativa é que no segundo semestre do próximo ano as turmas estejam em sala de aula. Isso representa um passo significativo para o desenvolvimento da mesorregião”, destaca Vignatti.

O projeto da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul prevê a instalação de uma instituição multicampi, beneficiando as três regiões que compõem a mesorregião – Sudoeste do Paraná, Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina. Na primeira fase será, com previsão para o 2º semestre de 2009, será implantado um campus em Chapecó/SC, sendo a sede com cinco cursos, dois no Paraná, um em Laranjeira e outro em Realeza, com três cursos cada, e outros dois no Rio Grande do Sul, em Erechim e Cerro Largo, também com três cursos em cada cidade.

Conforme o Projeto de Lei 2199/07 a proposta é de 30 cursos, sendo 17 na primeira fase, e 10 mil alunos atendidos, com 1.400 no início.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 15 /07/08

Fecam decide reaver percentual de recursos do ICMS aplicados no Prodec

Romeu Scirea Filho
Xanxerê – Em assembleia geral realizada ontem em Florianópolis, a Federação Catarinense de Associações de Municípios (Fecam) decidiu que irá marcar audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira para tratar de um aspecto do Programa de Desenvolvimento das Empresas Catarinenses (Prodec) que estaria reduzindo o retorno de ICMS aos municípios. O Prodec destina incentivos à instalação ou ampliação de empresas cujos valores são equivalentes ao que o novo empreendimento, ou a área ampliada, irá gerar de tributação com o ICMS quando esti-



Prefeito Avelino Menegolla, membro do Conselho Fiscal da Fecam
ver produzindo. Porém, segundo a Fecam, os valores destinados pelo governo para manter o Prodec não levam em conta que 25% do bolo geral de ICMS recebido pelo estado do governo federal, por lei, pertence aos municípios e são rateados igual-

mente entre todos. Os outros 75% tem sua divisão definida por cálculos que tem como base o movimento econômico de cada municípios. Ao manter o Prodec, o governo teria ignorado a destinação daqueles 25%, o que logicamente diminuiu

nos últimos anos o retorno a todos os municípios.

Com a decisão de ontem, em assembleia que teve a presença do prefeito Avelino Menegolla – membro do Conselho Fiscal da Fecam –, os municípios esperam conseguir a restituição, pelo estado, dos valores retirados indevidamente de suas cotas de retorno de ICMS pela via administrativa – o que será o tema da audiência a ser mantida com o governador Luiz Henrique, ainda sem data prevista. Caso não haja esse encaminhamento, a Fecam deverá acionar o governo judicialmente para reaver os valores. Segundo o diretor de Captação da administração municipal de Xanxerê, Paulo Varela, o valor que Xanxerê teria direito na devolução supera hoje R\$ 1 milhão. De acordo com Menegolla, é pensamento dos municípios catarinenses conseguir a correção do procedimento e receber os valores aplicados no Prodec pela via administrativa, porém o encaminhamento por via judicial não está descartada. Para o prefeito, mesmo que os recursos sejam restituídos de forma parcelada e a partir do próximo ano, os valores pertencem ao município e devem ser aplicados nele.

Arquivo

Partilha do ICMS terá alterações importantes na reforma tributária

Romeu Scirea Filho

Xanxerê – A reforma tributária prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/2008, que tramita no Congresso Nacional e, especificamente, uma alteração prevista na divisão dos recursos do ICMS entre os municípios de cada estado, levou a Brasília, nos dias 8 e 9 de julho, o diretor da Secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico, Vilson Lohmann, e o diretor Financeiro, Adierson Bianchi. Eles participaram do “Seminário Sobre a Partilha do ICMS”, organizado pela Federação Nacional dos Municípios (FNM), Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e pela Associação Brasileira dos Municípios (ASB), e que contou com a presença do presidente da comissão da reforma tributária, deputado Antônio Palocci, e do relator, deputado Sandro Mabel.

As três entidades municipalistas incluíram na PEC a criação de um teto (limite) que busca corrigir a injusta distribuição do ICMS por habitante, no critério valor per capita. A partilha dos recursos na divisão feita pelos estados, no item “população”, gera disparidades injustas. O cálculo da partilha é feito em cima da atividade econômica e dá pouco, ou nenhum, peso ao tamanho da população. Pela Constituição, o Valor Adicionado Fiscal (VAF – o PIB gerado pelas empresas contribuintes de ICMS) tem peso de 75% na definição da cota de cada município no total de



Romeu Scirea Filho

Barbieri, Leocir, Adierson e Vilson: atenção especial ao retorno de ICMS

tros indicadores, como o número de habitantes, também podem ser considerados pelos estados, mas têm um peso máximo de 25%.

No estado de São Paulo, o município de Paulínia recebeu, em 2007, R\$ 7.180,00 por habitante, enquanto o município de Francisco Norato teve direito a apenas R\$ 78,00 per capita. Por ser sede da refinaria da Petrobrás, o município recebeu um valor equivalente a 97 vezes o menor repasse per capita feito pelo governo estadual. Segundo Vilson Lohmann, essa disparidade levou as entidades a propor um teto, no qual o maior repasse passará a ser equivalente a dez vezes a média dos repasses feitos pelo estado. “O que ultrapassar a esse teto é cortado e vai para um fundo para ser redistribuído entre os municípios que recebem menos. Em Santa Catarina, a média do repasse per capita é de R\$ 405,78, portanto o teto máximo a ser destinado a um município seria dez vezes esse valor.” Alguns números mostram as desigualdades no estado:

balneário) recebe o menor repasse por habitante: R\$ 55,22. Na região, Chapecó (R\$ 217) recebe menos que Xanxerê (R\$ 305,19), enquanto Piratuba e Itá são os recordistas, com R\$ 2.237,00 e R\$ 1.783,00, respectivamente, por habitante. O cálculo disso é feito pela simples divisão entre valor recebido, pelo número de habitantes, segundo o IBGE.

Para Vilson e Bianchi – que, juntamente com Leocir Gandolfi, coordenador do setor tributário da Amai, faz o trabalho de acompanhamento e atualização do emaranhado setor de tributação municipal –, a criação do teto proposto na PEC irá beneficiar Xanxerê à medida que poderá evitar maior queda no retorno de ICMS. “O esgotamento da capacidade de expansão do atual modelo econômico da região – que precisa de um ‘fato novo’ na sua economia, como indústrias que agreguem valor à atividade agrícola – não mostra muitas alternativas para aumentar a receita das prefeituras. Manter a situação atual já é um desafio bem significativo”, considera Vilson

CLIPAGEM**AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani**

Veículo: Folha Regional

Data: 16 /07/08

Equipeconômica

Em clique estilo Cobras, com o vice-prefeito e o secretário do Desenvolvimento Econômico de Xanxerê, Enori Barbieri, o trio que manda muito bem em receitas e tributos, especialmente quanto aos emaranhados de leis, cálculos, índices de retorno e outras manhas do ICMS – a galinha de ovos de outro das prefeituras: Vilson Lohmann, diretor da Secretaria do Desenvolvimento Econômico; Leocir Gandolfi, coordenador do Movimento Econômico da Associação dos Municípios do Alto Irani; e Adieron Bianchi, diretor financeiro da administração municipal.

Vilson, Leocir e Adieron formam a “equipeconômica” da prefeitura e da Amai, e dedicam, especialmente os dois primeiros, grande parte de suas atenções ao acompanhamento do vai-e-vem de leis e alterações de leis, tentando preservar e ampliar o retorno de ICMS, meta em que já se destacaram. Tanto que estão incluídos entre uma seleta comissão que se reúne periodicamente com técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda, em Florianópolis. Nestes encontros e em intermináveis reuniões, eles já conseguiram evitar significativas perdas no retorno do imposto para Xanxerê e municípios da região. Com isso, adquiriram uma bagagem de informações e “caminhos das pedras” que são fundamentais para manter as máquinas administrativas municipais andando.

Segundo tributaristas acima de qualquer suspeita, Leocir, Vilson e Adieron estariam cotados, por trás das bombas, para integrar o “staff” de Guido Mantega e Henrique Meirelles, no Ministério da Fazenda e no Banco Central. Exageros à parte, a verdade é que hoje nenhuma administração pode dispensar a presença de técnicos – em qualquer área – que conheçam as leis, os caminhos a percorrer e os endereços certos onde tem recursos disponíveis. Nos governos do estado e da União.

CLIPAGEM**AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani**

Veículo: Folha Regional

Data: 25 /07/08

Reciclagem de pilhas e baterias: uma questão que pode ser resolvida

Xanxerê - O Diário Oficial da União traz publicado o Decreto n.º 6514, que torna mais rígida a Lei dos Crimes Ambientais. A nova regulamentação, sancionada em decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, define como infração e prevê o pagamento de multa para empresas que não derem destinação correta a produtos tóxicos, como pneus, pilhas e baterias. O valor da multa pode chegar a R\$ 50 milhões.

Pouca gente sabe o que fazer com as pilhas e baterias que não funcionam mais, e, por apresentarem um aviso que diz para não jogar em lixo comum, as pessoas acabam estocando-as em casa.

Apesar da aparência inocente e de pequeno porte, as pilhas e baterias de celular são um problema ambiental e chegam a ser classificadas como resíduos perigosos. A composição traz metais

pesados altamente tóxicos e não-biodegradáveis, como cádmio, chumbo e mercúrio. Se depois de utilizadas forem depositadas no lixo doméstico, poderão contaminar o solo, os cursos d'água e o lençol freático, atingindo a flora, a fauna e o homem.

Por causa dos seus efeitos, todas as pilhas e baterias devem ser levadas à reciclagem. Na região do Alto Irani, entidades preocupadas em reduzir o impacto ambiental lançaram, no ano passado, a campanha "Vamos Reciclar Pilhas e Baterias".

A Amai está responsável em coordenar o projeto na região, fixando as lixeiras coletoras de pilhas e baterias nas prefeituras dos 14 municípios que integram a associação e receber o material coletado nos municípios para encaminhar à empresa Cetric, que dará o destino correto.

O prefeito de Lajeado Grande e presidente da



Divulgação

Os 14 municípios da Amai têm caixas coletoras de pilhas e baterias

Amai, Noeli Dal Magro, comentou o resultado positivo da campanha: "Graças ao apoio dado pelas prefeituras e a colaboração da população, coletamos uma grande quantidade de pilhas que hoje terão o destino correto, inclusive no meu município, além das pilhas, coletamos lâmpadas e premiamos os três primeiros colocados". Noeli também enalteceu o trabalho das entidades parceiras do projeto: "Esta campanha é fruto de um

amplo trabalho de sensibilização e envolvimento de diversas entidades preocupadas com a preservação ambiental", declarou o prefeito.

O projeto é uma iniciativa da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Xanxerê e Crea, em parceria com a Agenda 21, Alcaplas, Cetric, Unoesc, Seai, Continental, prefeituras e Associação dos Municípios do Alto Irani.